

O estudo de redes sociais: apontamentos teóricos e contribuições para o campo da saúde

The study of social network: theoretical notes and contributions for the field of the health

Elisabete Ferreira Mângia¹, Melissa Tieko Muramoto²

MANGIA, E. F.; MURAMOTO, M. T. O estudo de redes sociais: apontamentos teóricos e contribuições para o campo da saúde. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 22-30, jan./abr., 2005.

RESUMO: O objeto rede social tem se tornado cada vez mais operativo para os estudos das sociedades contemporâneas, vindo ao encontro de uma exigência cada vez mais percebida de complexificação da teoria social a partir de demandas práticas, configurando-se num fenômeno não apenas funcional, mas de análise da nova ordem social. Tal operatividade pode ser verificada especialmente em estudos nos campos da sociologia, da antropologia e, mais recentemente, no campo da saúde e da saúde mental. Neste último campo em específico, a rede social tem ocupado o lugar de um dos fatores que mais contribuem para a sustentabilidade da vida cotidiana de pessoas com transtornos mentais severos fora dos circuitos psiquiátricos de dependência.

DESCRIPTORES: Relações comunidade-instituição. Comunicação social. Redes comunitárias/ utilização. Serviços de saúde mental.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o debate sobre redes sociais ocupa um lugar estratégico na busca pela construção/invenção de novos instrumentais teóricos capazes de apreender a realidade social e a construção da sociabilidade, expressando a

complexidade das relações e interações presentes nos processos que estruturam as relações sociais (FONTES, 2004; MOLINA, 2005).

Nesse contexto, se apresenta a utopia da construção de um pensamento complexo que supere os paradigmas clássicos das ciências sociais, ancorados nas tradicionais

¹Docente do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Aluna mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências de Reabilitação do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.

Endereço para correspondência: Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Rua Cipotânea, 51. CEP: 05360-000. São Paulo, SP.

dicotomias indivíduo/sociedade; ação/estrutura; objetividade/ subjetividade, dentre outras. Esse debate vem sendo incorporado por muitas disciplinas, tais como a sociologia, a antropologia e as ciências da saúde especialmente no período pós II Guerra Mundial, devido, principalmente, à possibilidade interpretativa oferecida pelo estudo das redes sociais, que permitiria representar a multidimensionalidade dinâmica das interações, vinculações e conexões presentes na constituição dos fenômenos sociais e humanos.

Coloca-se assim, a crítica aos modelos de racionalidade que fundaram a ciência contemporânea e especialmente, as reduções da complexidade do real operadas pela prática da pesquisa que, para conhecer requer a divisão de objetos complexos em partes que tendem, nesse processo, a perderem as conexões com o todo. Tal processo resulta em concepções estáticas da realidade social, que não são capazes de captar o movimento permanente e os constantes processos de transformação e mudanças. A originalidade e relevância de tal projeto consiste em considerar como ponto de partida para as investigações as interações sociais, as relações entre os elementos e não mais os elementos em si, tais como pessoas, instituições, organizações, países, etc. Nesse contexto, um determinado elemento ou sujeito é definido como um conjunto de relações de pertinência, superando a frágil e estanque noção de indivíduo (PIZZARRO, 2004).

Dessa forma, o estudo das redes sociais responde às exigências de complexificação da teoria social que parte de múltiplas necessidades práticas ligadas ao desenvolvimento de novas metodologias de intervenção e participação social, colocadas pelas políticas públicas e movimentos sociais, se configurando num instrumental de análise e construção da nova ordem social (MARTELETO, 2001; MARTINS; FONTES, 2004; MOLINA, 2005).

No contexto atual, diante das rápidas mudanças sociais e da desagregação das formas de contratualidade que fundaram a sociedade moderna e, especialmente com as transformações qualitativas nas formas de relação e inserção no trabalho, o estudo das redes adquire especial interesse e poderá trazer contribuições importantes para a história do presente. A sociedade contemporânea exige respostas rápidas, locais e eficazes para a promoção de ações que visem cada vez mais a emancipação e a ampliação do gozo dos direitos de cidadania. Para tanto, as redes sociais surgem como elemento potencializador de tais processos por exigirem o envolvimento e a participação ativa da população (MARTINS; FONTES, 2004).

Molina aponta que a polissemia do conceito de redes sociais lhe confere concomitantemente uma grande

capacidade heurística e uma baixa possibilidade analítica, a exemplo daquilo que ocorre com tantas expressões tais como, cultura, personalidade, comunidade, etc. Dessa forma, é possível identificar múltiplas definições e usos para a idéia de redes sociais (MOLINA et al., 2004).

Para Kadushin (2004) rede social é um conjunto de **relações. Marteleto (2001, p.72) define rede com o um “sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede”**. A partir deste desenho, a autora propõe que se possa representar todos os elos possíveis que articulam as pessoas, seus interesses e ações. Emirbayer e Goodwin (1994, p.1449) definem o conceito de rede, como “conjunto de relações ou ligações sociais entre um conjunto de atores (e também atores ligados entre si)”.

Para Alain Caillé, a rede “é o conjunto de pessoas com as quais o ato de ater relações de amizade ou de camaradagem permite conservar e esperar confiança e fidelidade” (apud MARTINS; FONTES, 2004).

Para Barnes (1987 apud DESLANDES; MENDONÇA, 1999), a rede social apresenta-se como um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos. Muito próxima a esta definição é a apresentada por Saudon (apud TEIXEIRA, 2002), que define rede social como o conjunto de relações humanas, que tem impacto duradouro na vida de uma pessoa.

Os conceitos encontrados na literatura são comuns ao enfatizarem o aspecto relacional das redes, chamando atenção para as ligações estabelecidas que “possibilitam a reconstrução de processos interativos dos indivíduos e suas afiliações a grupos” (FONTES, 1997).

Para Kadushin (2004), a teoria de redes é talvez a única teoria não reducionista em ciências sociais, aplicando-se a vários níveis de análise, desde os pequenos grupos até os sistemas globais.

Origens e perspectivas analíticas

A literatura sobre análise de redes sociais apresenta duas perspectivas analíticas principais: a sociocêntrica e a egocêntrica.

A perspectiva sociocêntrica ou completa estuda os vínculos existentes entre os membros de uma mesma comunidade, grupo de indivíduos ligados previamente no contexto de alguma forma de organização, que pode ser a família, um time de futebol, uma escola, um local de trabalho, etc. (HAWES et al., 2004; MOLINA, 2005).

A abordagem egocêntrica se refere ao estudo das relações definidas a partir da perspectiva de um indivíduo,

chamado *ego*, em relação a outros indivíduos, que são indicados pelo primeiro como sendo pertencentes à sua rede, os *alteregos*. Este tipo de rede também é chamado de rede social pessoal. Sluzki (1997, p.37) apresenta o conceito de rede social pessoal como sendo:

a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou que define como diferenciadas da massa anônima da sociedade. Essa rede corresponde ao nicho interpessoal da pessoa e contribui substancialmente para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para a sua auto-imagem (apud TEIXEIRA, 2002, p.37).

A abordagem egocêntrica contempla um largo espectro de estudos e tendências e muitos autores identificam quatro principais tradições teóricas nesse campo. A primeira delas, marca o início da tradição dos estudos de rede social e reúne os trabalhos desenvolvidos pelos antropólogos da Escola de Manchester, que viram no estudo das redes a possibilidade de superar os limites do estruturalismo e do funcionalismo na investigação da vida urbana, complexa, confusa e mutante por excelência. Nesse contexto, foram desenvolvidos muitos indicadores sobre redes pessoais e a identificação, muito utilizada, de que as redes sociais dos indivíduos possuem um núcleo denso, formado pelos laços mais fortes e íntimos, e uma periferia estendida, mais dispersa, formada pelos laços mais fracos. Essa representação das redes pessoais, além de ter sido comprovada empiricamente, reflete também a visão que os próprios informantes têm de suas redes (MOLINA, 2005).

Molina ressalta a influência da escola de Manchester na concepção, formulada por Nadel e desenvolvida por Harrison White, segundo a qual “*a estrutura social teria que ser concebida como uma rede de papéis sociais*”, que permite contemplar concomitantemente indivíduos e estruturas, níveis micro e macro e trás um modo inovador de compreensão da complexidade das relações e interações que estruturam e sustentam a vida social (MOLINA; AGUILAR, 2004; NADEL; WHITE apud MOLINA, 2005).

A segunda tendência de investigação são os “Estudos de Comunidade”, desenvolvida a partir dos 1970 e 1980 por sociólogos americanos também interessados na questão das transformações das comunidades tradicionais que originaram a sociedade urbana contemporânea. Os “Estudos de Comunidade” se baseiam na localização das redes de apoio social, formada por parentes, amigos e vizinhos, ou seja, pessoas que vivem uma condição de vida semelhante e proporcionam umas às outras socialização, informação e suporte. Aqui também, como no caso da “Escola de Manchester”, os estudos influenciaram muitos outros trabalhos, principalmente acerca das características das redes sociais nas sociedades americana e canadense

(MOLINA, 2005).

Molina (2005) salienta que a metodologia empregada nesse campo foram as enquetes e as entrevistas em profundidade com informantes privilegiados, buscando localizar a presença das redes de apoio e dos laços sociais fortes.

A terceira tendência consiste nos “Estudos de estimativa do tamanho das redes pessoais”. Trata-se de uma tradição bem consolidada, com formulação de teorias e metodologias próprias, além de construção de importantes bases de dados construídas a partir de grandes enquetes, que permitem conhecer características globais das redes de pessoas em muitas cidades do mundo. Tais estudos tiveram como objetivo conhecer o tamanho da rede pessoal de um indivíduo ou *ego*, partindo do número de pessoas conhecidas em um determinado período de tempo, independentemente de haver ou não interação com essas pessoas no momento da pesquisa. As estimativas são realizadas através de pesquisas diretas com um *ego*, que nomeia ou enumera as pessoas reconhecidas em listas ou geradores de nomes, como catálogos telefônicos, agendas de contatos etc. Inúmeros estudos nesse campo, com técnicas variadas, apresentam resultados muito estáveis que mostram, que em média a rede pessoal de um sujeito consiste em aproximadamente 290 contatos ativos, com típicos desvios de acordo com a posição social da pessoa. Já os estudos que buscam identificar a quantidade de pessoas com as quais um indivíduo mantém contatos ao longo da vida estimam que seja entre 1500 e 3500 pessoas. Por outro lado, os resultados sobre presença de laços fortes indicam uma média de 18,5 pessoas (MOLINA, 2005).

A última corrente de investigação é a que relaciona redes pessoais com o conceito de “Capital Social”, que pode ser definido a partir de três vertentes:

A primeira toma como eixo a pessoa e define capital social como algo inerente aos indivíduos, isto é, ao número e à qualidade das relações de cada um, referidas ou derivadas da classe social a qual pertence.

A segunda focaliza a atenção na rede e entende o capital social como recursos presentes na rede de relações mais do que nas pessoas que as compõe. Nessa perspectiva é a estrutura da rede social e especialmente o grau de conexões e intermediações que esta apresenta, que define o capital social acessível aos sujeitos.

E finalmente, o terceiro sentido encontra nas instituições e formas de associações o seu foco principal de análise, nessa direção o capital social de uma região, ou de um país dependeria da rede de relações estabelecidas pelas entidades civis e econômicas presentes. Assim, a existência de uma rede densa de organizações contribui para o crescimento econômico e fundamenta as instituições

democráticas de uma região (MOLINA, 2005).

Integrando essas acepções, encontramos as proposições de Nan Lin que define capital social como “o conjunto de recursos imersos na rede social”. Tais recursos seriam tanto propriedade das redes pessoais como das redes mais amplas nas quais estão imersas e o problema que se coloca seria o de identificar a possibilidade de acesso e uso dos recursos que seria dependente da posição social de cada um no interior de tais redes. Reconhecendo que os recursos sociais são distribuídos de forma desigual, os estudos dessa tendência buscam conhecer os fatores que determinam tal desigualdade.

Fontes e Eichner (2004), ressaltam a diferença entre a concepção de rede social como recurso e como capital social. Capital social consiste nos benefícios derivados da conexão entre as pessoas e não do trabalho, dessa forma são as relações que o determinam. Ancorados nas contribuições de Flapp identificam os três componentes do capital social: “a) o número potencial de relações de ajuda; b) a extensão da ajuda, que depende da intensidade da relação; e c) os recursos que permitem o acesso às relações” (FLAPP apud FONTES; EICHNER, 2004).

Campos de utilização do conceito de rede social

O campo de estudo das redes sociais se coloca enquanto um espaço de confluência de múltiplas disciplinas, perspectivas teóricas e interesses configurando diferentes aplicações. Molina e Aguilar (2005) assinalam que tais utilizações, no contexto dos estudos hispanoamericanos, expressam cinco principais tendências:

A primeira consiste em uma apropriação metafórica ou heurística. Ao assumir a perspectiva das redes sociais na realização da pesquisa muitos estudos trouxeram contribuições inovadoras para a problemática das populações marginalizadas e tantos outros temas de interesse

A segunda perspectiva combina estudo de redes à perspectiva etnográfica, no desenvolvimento de pesquisas. Similar à primeira utilização, aqui a rede serve para identificar problemas ou caminhos para resolver questões de uma determinada comunidade ou conjunto étnico.

A terceira perspectiva visa à intervenção por meio de diagnóstico e participação. Trata-se de um campo bem desenvolvido nos estudos e projetos de intervenção latino americanos que trabalham na perspectiva da promoção das condições de vida e saúde da população.

A quarta perspectiva é formalista e consiste na análise das redes sociais com a utilização de teorias de gráficos e matrizes. A análise de redes permite enriquecer as investigações acerca do fenômeno ou grupo observado, pois,

através da interpretação dos dados, é possível formular melhores perguntas ou melhores hipóteses acerca das observações realizadas.

A quinta e última utilização do estudo de redes é teórica e se caracteriza pela busca de renovação das bases teóricas da compreensão do mundo social. A perspectiva de redes é ponto de confluência de tradicionais conceitos: ação e estrutura, interações sociais e normas institucionais, perspectivas micro e macro e assim sucessivamente.

Análise de redes

“A análise de redes sociais estuda relações específicas entre uma série definida de elementos (pessoas, grupos, organizações e, inclusive, elementos do discurso)” e busca caracterizar os atributos dessas relações, para entender determinados fenômenos (MOLINA; AGUILAR, 2005).

Marteletto (2001), por sua vez, define a análise de redes como um meio para realizar uma análise estrutural, cujo objetivo é mostrar que a forma da rede é explicativa dos fenômenos analisados. O objetivo da análise de redes seria o de demonstrar como os comportamentos e/ou opiniões dos indivíduos dependem das estruturas nas quais eles se inserem. Assim, não são analisadas as características individuais, mas sim o conjunto de relações estabelecidas através das interações de um indivíduo com outro. Essa estrutura na qual as interações acontecem é entendida enquanto uma rede de relações e de limitações, que influenciarão as escolhas, as orientações, o comportamento e as opiniões dos indivíduos. Desta forma, a análise de uma única relação – díade – só tem sentido quando utilizada para demonstrar a influência e o efeito que esta causa nas demais relações e na estrutura da rede como um conjunto. A estrutura da rede também exerce uma influência em cada relação pertencente a ela.

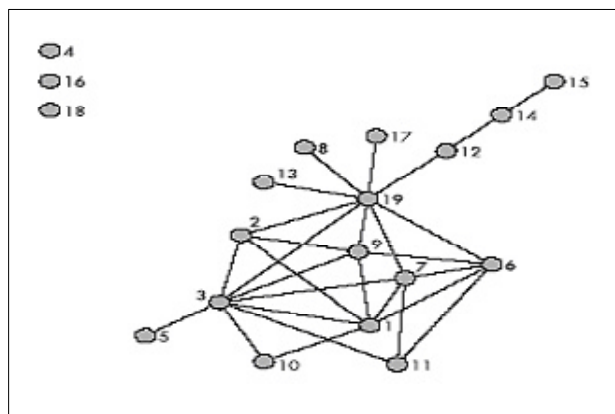
Ainda segundo Marteletto (2001) as redes informais são iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade, cujos interesses e/ou necessidades são comuns. As redes não implicam necessariamente em um centro hierárquico, mas são geralmente definidas pela “multiplicidade quantitativa e qualitativa dos elos entre os seus diferentes membros, orientada por uma lógica associativa” (COLONOMOS, 1995 apud MARTELETO, 2001, p. 73).

Muitas são as características que podem ser selecionadas para a análise das redes sociais. Atualmente, existem diversos softwares capazes de receberem os dados coletados e traduzirem-nos em gráficos e/ou matrizes, fornecendo uma visão espacial da estrutura das redes e até mesmo dos laços existentes entre os atores. Os programas

Ucinet e SiOCNET são exemplos deste tipo de tecnologia.

Alguns fatores específicos são medidos ou explorados mais atentamente na análise de uma rede social (HAWE et al., 2004) Alguns desses elementos serão brevemente apresentadas a seguir.

- Gráficos: são representações visuais das redes nas quais são mostrados os atores como nós e os laços que os unem como linhas (Figura 1).



Fonte: Hawe et al., 2004.

Figura 1 - Representação gráfica de rede com 19 atores.

Na figura 1, os atores, ou organizações, estão representados pelos nós e as relações existentes entre eles pelas linhas. Os nós que não aparecem conectados por uma linha, não interagem com os demais atores.

- Coesão: dividido em três sub-medidas, refere-se ao grau de interligação entre os atores de uma rede. As sub-medidas são distância, nível de alcançabilidade e densidade.
- Subgrupo: mostra em quantas partes uma rede pode ser dividida.
- Componente: é a parte da rede na qual cada ator é ligado a, ao menos, um segundo ator. Os atores isolados são componentes separados, enquanto aqueles com maior número de relações são componentes maiores.
- Clique: é um subgrupo no qual todos os atores estão diretamente ligados entre si. Marteleto (2001) afirma que um clique em uma rede pode representar uma instituição ou até mesmo a mobilização em torno de um problema específico. A análise dos cliques existentes em uma rede social é uma das técnicas mais usadas para a identifica-

ção de grupos fortes. Um dos estudos mais difundidos nesta área é o de Granovetter, que afirma que a difusão de informações é mais rápida e eficiente dentro dos cliques de uma rede, já que os atores estão direta e fortemente conectados (HAWE et al., 2004).

- Centralidade: é a medida da posição que um ator se encontra em relação às trocas e à comunicação na rede (MARTELETO, 2001). O grau de centralidade de um ator confere a este um certo grau de importância também, na medida em que ele está melhor posicionado e, conseqüentemente, tendo maior acesso às trocas de informações (HAWE et al., 2004).
- Função e posição: revela subgrupos de atores cujas relações são estruturadas similarmente às da rede.
- Equivalência estrutural: identifica dois atores ou mais que, na mesma rede, possuem exatamente os mesmos laços.
- Equivalência regular: é similar à Equivalência estrutural. Entretanto, os atores não precisam ter necessariamente laços idênticos, sendo equivalente regularmente uma estrutura de relações semelhantes.

Redes sociais e a saúde

Na saúde, a análise de redes sociais têm se mostrado altamente operativa, constituindo um campo de grande interesse. Por meio da metodologia de redes, as comunidades organizadas buscam melhorias nas condições de saúde, que podem ser concretizadas na perspectiva de promover apoio social, troca de experiências e informações e mesmo no trabalho mais diretamente ligado ao desenvolvimento das ofertas de serviços e cuidados de saúde, como é o caso do trabalho dos agentes locais de saúde no contexto do Programa de Saúde da Família. A ação das redes pode favorecer a resolução de problemas vinculados às mudanças sócio-econômicas impostas pelo neoliberalismo, conferindo poder às comunidades para que estas sejam capazes de gerir os problemas locais (MARTINS; FONTES, 2004; MOLINA; AGUILAR, 2005).

A relação entre redes sociais e saúde, na perspectiva da busca de melhorias para a população, emerge com mais força nos países em desenvolvimento, onde o acesso aos recursos de saúde se mostra mais restrito, em decorrência da falência ou inexistência de políticas públicas e de sistemas de seguridade social (MOLINA, 2005). Com frequência, as redes sociais propiciam o desenvolvimento de ações solidárias e de suporte ao enfrentamento de questões do cotidiano entre grupos vulneráveis, além da construção e fortalecimento do sentido de pertencimento a um grupo social. (ANDRADE; VAITSMAN, 2002). Também favore-

cem a criação de programas territorializados de assistência à saúde fundados na participação social, possibilitando a promoção da cidadania e a democratização de processos institucionais (MARTINS; FONTES, 2004).

A relação entre redes sociais e saúde se tornou possível a partir do momento em que a saúde passou a ser compreendida enquanto um fenômeno social, produto de interações humanas. A partir dos anos 1980, se afirmou a tendência a superar a concepção simplista da saúde como negação da doença para uma visão mais complexa na qual a saúde passou a ser definida a partir de uma série de determinantes sociais, culturais, afetivos, econômicos etc. (MARTINS; FONTES, 2004).

Além de ser reconhecida como fator potencializador dos processos complexos e de participação ativa das populações nas questões de saúde, a análise de redes também ilumina aspectos específicos do processo saúde/doença.

Em meados da década de 1970, Cobb e Cassel (apud CHOR et al., 2001) reuniram evidências de que a suscetibilidade a determinadas doenças, tais como hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, depressão etc., aumentava em indivíduos que haviam sofrido ruptura em seus laços sociais.

Estudos epidemiológicos mais recentes também apontaram que o envolvimento em uma rede social de suporte está relacionado ao aumento da sobrevivência de indivíduos após diagnósticos de doenças coronarianas, acidentes vasculares cerebrais e câncer, além de diminuição da incidência de insônia e da aquisição de hábitos como tabagismo e alcoolismo e também do risco de doenças demenciais (GRIEP, 2003).

Muitos estudos são unânimes ao afirmarem que a pobreza de relações sociais representa risco à saúde comparável a riscos comprovados tais como o do fumo, da obesidade e do sedentarismo, dentre outros (ANDRADE; VAITSMAN, 2002).

Mas foi especialmente a partir da difusão de doenças como a AIDS que essa relação passou a ser mais valorizada e profundamente investigada. Estudos foram realizados na tentativa de estimar o tamanho e as características de redes nas quais a probabilidade do contágio era maior. A investigação destas características também serviu para conhecer os diversos tipos de relações e comportamentos de risco (MOLINA; AGUILAR, 2005). Aqui fica nitidamente demonstrada a importância do estudo das redes sociais.

No caso da AIDS, foi possível, através destes estudos, deslocar o foco do contágio dos chamados grupos de risco, para os comportamentos de risco. Desta maneira, outras formas de controle e prevenção puderam ser elaboradas.

Características de outras enfermidades, tais como a

tuberculose, a malária e a lepra, também foram investigadas através do estudo das redes sociais. Esses exemplos flagram aspectos da tradição e importância dos estudos de redes na área da saúde, especialmente no campo da epidemiologia.

Redes sociais e saúde mental

No campo da saúde mental, o uso da metodologia de redes também tem apresentado crescimento significativo nas estratégias de cuidados e especialmente, nas práticas desenvolvidas pelos serviços substitutivos territoriais. Nesta perspectiva, sabemos que dentre os fatores que influenciam significativamente a evolução dos distúrbios mentais encontramos o contexto emotivo familiar, a rede social, a condição laborativa a estrutura socioeconômica e o tratamento recebido.

Para Castel (1994), é cada vez maior o conjunto de situações sociais que demandam diferentes formas de intervenção. Os processos de marginalização ou de exclusão se dão efetivamente “(...) *pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais*” (CASTEL, 2000, p.22). No geral, as populações que vivenciam esses processos se encontram em um duplo processo de rupturas: em relação ao trabalho e em relação à sociabilidade. De acordo com o grau de ruptura e/ou de proximidade a cada um desses vetores, o indivíduo pode se encontrar em quatro zonas, a saber:

1. uma zona de integração, na qual o indivíduo possui segurança no trabalho e integra redes fortes de dependência;
2. uma zona de assistência, na qual o indivíduo geralmente se encontra inapto para o trabalho, mas pertence a uma rede de dependência ou é assegurado de alguma forma pelo Estado;
3. uma zona de vulnerabilidade, que indica uma relativa inserção no trabalho, porém uma inserção social precária;
4. uma zona de desfiliação, na qual o indivíduo se encontra excluído do mercado de trabalho, apesar de ser apto para o mesmo, e ao mesmo tempo não dispõe de nenhum tipo de apoio sócio-relacional.

É importante ressaltar que estas zonas não indicam condições estáticas, sendo o limite entre elas bastante poroso.

A população que sofre de algum transtorno mental é geralmente caracterizada por transitar entre as zonas de vulnerabilidade e desfiliação. De acordo com Huxley e Thornicroft (2003) tal população está entre as mais excluídas socialmente. Apresentam dados de que pacientes com

transtornos mentais severos são quatro vezes mais propensos que a média da população a não terem um amigo mais próximo e que mais de um terço destes pacientes relatam não ter ninguém a quem recorrer num momento de crise. Desta forma, os autores defendem que a inclusão social deve ser uma das metas do tratamento de saúde mental, contribuindo, inclusive, para o debate de políticas públicas neste setor.

Neste sentido, tem se discutido cada vez mais possibilidades e estratégias que possam conferir sustentabilidade à vida das pessoas fora dos circuitos psiquiátricos. Segundo Saraceno (2001, p.16), *“o processo de reabilitação seria, então, um processo de reconstrução, um exercício pleno da cidadania e, também, de plena contratualidade nos três grandes cenários: habitat, rede social e trabalho com valor social”*, rompendo com a lógica da exclusão e segregação social comuns à dinâmica asilar e aos circuitos psiquiátricos.

Para Rotelli (2001, p.93), a prática e o objetivo das novas instituições de saúde mental devem ser a *“produção da vida e a reprodução social”*. Nesta perspectiva, adquire extrema importância, para o processo de reabilitação, a promoção e a estimulação das múltiplas relações e intercâmbios sociais que compõem a identidade social de qualquer indivíduo e possibilita a sustentabilidade do cotidiano das pessoas com transtornos mentais severos, fora dos processos de extrema dependência dos serviços psiquiátricos (SARACENO, 1998; HUXLEY; THORNICROFT, 2003).

A participação em tais relações e intercâmbios sociais ou a sua invenção é possível no cenário das redes sociais, **entendida como campo** complexo de interações, onde os diversos graus de contratualidade e as diferentes identidades podem ser trocados. O empobrecimento da rede social também se configura como desabilitação, perda quantitativa e qualitativa, desde a primeira rede social disponível, que é o núcleo familiar, até as formas mais ampliadas de

relações. Assim, intervenções que visem integração com o núcleo familiar e a rede social ampliada da pessoa com transtorno mental severo, podem trazer benefícios tanto para as pessoas como para a qualificação dos programas de reabilitação (ROTELLI, 1993; SARACENO, 1999, 2001).

Diversos estudos vêm demonstrando que pessoas com transtornos mentais severos e persistentes que dispõem de rede social, apresentam maior probabilidade de êxitos positivos, em breves ou curtos períodos, nas áreas clínica, laborativa e relacional. Demonstram também, que a associação entre rede social e êxito é forte e persistente no tempo independente de outros fatores prognósticos (LEFF et al., 1990; BECKER et al., 1995; BEDONI, 1995; CASTELFRANCHI, 1995, 1998, 2003, 2004; HALL; NELSON, 1996; DAYSON et al., 1998; MERCIER et al., 1998; SARACENO, 1998, 1999; HOWARD et al., 2000; BENGTSOON-TOPS et al., 2001; TERZIAN, TOGNONI, 2003).

A importância desses resultados devem ser consideradas na elaboração e realização das intervenções assistenciais e de reabilitação psicossocial desenvolvidas pelos serviços de saúde mental, de forma a tornar a intervenção sobre a rede social uma prioridade operativa pois, contribuir para a criação, fortalecimento e manutenção de redes sociais pode ser, de fato, determinante para modificar a trajetória dos usuários (CASTELFRANCHI, 2004; TERZIAN; TOGNONI, 2004).

Entendemos que, a investigação sobre rede social, no contexto das práticas desenvolvidas pelos serviços de saúde mental, tem relevância e se configura como um campo ainda pouco estudado em nosso país. Tal investigação requer um desenho original capaz de combinar rigor metodológico e ao mesmo tempo adequar-se a variabilidade e complexidade de situações e possibilidades presentes nos contextos assistenciais, sociais e pessoais. Requer também o co-envolvimento ativo de todos os atores implicados.

MANGIA, E. F.; MURAMOTO, M. T. The study of social network: theoretical notes and contributions for the field of the health. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 22-30, jan./abr., 2005.

ABSTRACT: The social network object has becoming more and more operative for the studies of the contemporary societies, answering to a noticed exigency of social theory's complexification from practical demands, being not just configured as a functional phenomenon, but as an analysis instrument of the new social order. Such operativity can especially be verified in studies in the fields of sociology, of anthropology and, more recently, in the health and mental health field. In this last field specifically, the social network has occupied the place of one of the factors that more contributes to the sustainability of the people's daily life with severe mental illness out of the psychiatric circuits of dependence.

KEY WORDS: Community-institutional relations. Social communication. Community networks/utilization. Mental health services.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, G. R. B.; VAITSMAN, J. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciê. Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 925-34, 2002.
- BECKER, T.; THORNICROFT, G.; LEESE, M.; MCCRONE, P.; JOHNSON, S.; ALBERT, M.; TURNER, D. Social networks and service use among representative cases of psychosis in South London. **Br. J. Psychiatry**, v. 171, n. 7, p.15-9, 1997.
- BENGTSOON-TOPS, A.; HANSSON, L. Clinical and social changes in severely mentally ill individuals admitted to an outpatient psychosis team: an 18-month follow-up study. **Scand. J. Caring Sci.**, v. 17, p. 3-11, 2003.
- CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: **SaúdeLoucura**. Grupos e coletivos. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; WNDERLEY, L. E. N.; BELFIORE, W. M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2000.
- BEDONI, A. Um commento agli studi prospettici sull'esito dei disturbi schizofrenici pubblicati negli ultimo 10 anni. **Lettera – Percorsi bibliografici in psichiatria**, Istituto di Ricerche Farmacologiche "Mario Negri", Milano, v. 20, p. 96-145, ottobre 1995.
- CASTELFRANCHI, C. **Rete di supporto sociale ed intervento sui processi psichici**. Matera, nov. 2004. (mimeo).
- CASTELFRANCHI, C. La produzione interpersonale ed istituzionale della gravità. In: Attanasio, L. (a cura di) *Dialogo con la follia. Un approccio collettivo al trattamento del paziente grave*. Roma: Armando Editore, 2003.
- CASTELFRANCHI, C. Prevenzione. Tra pessimismo della ragione e ottimismo della volontà. In: PICCIONE, R. (a cura di) **Prevenzione e salute mentale**. Fondamenti, pratiche, prospettive. Roma: Carocci Editore, 1998.
- CASTELFRANCHI, C.; HENRY, P.; PIRELLA, A. **L'invenzione collettiva**. Torino: Edizioni Gruppo Abele, 1995.
- CHOR, D.; GRIEP, R. H.; LOPES, C.; FAERSTEIN, E. Medidas de rede e apoio social no estudo pró-saúde: pré-testes e estudo piloto. **Cad. Saúde Pública**, v. 17, n. 4, jul/ago. 2001.
- DAYSON, D.; LEE-JONES, R.; CHAHAL, K. K.; LEFF, J. The TAPS project 32: social network of two group homes ... 5 years on. **Social Psychiatry Psychiatr. Epidemiol.**, v. 33, p. 438-44, 1998.
- DESLANDES, S. F.; MENDONÇA, E. A. **As redes sociais e as representações de risco para usuários de drogas injetáveis**. 1999. Disponível em: http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/avaliacao6/ajude_71.htm
- EMIRBAYER, M.; GOODWIN, J. Network analysis, culture and the problem of agency. **Am. J. Sociol.**, v. 99, n. 6, p. 1411-54, 1994.
- FONTES, B. A. S. M.; EICHNER, K. A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda. **REDES Rev. Hispana Análisis Redes Sociales**, v. 7, n. 2, nov. 2004.
- FONTES, B. A. S. M. Redes de solidariedade e movimentos reivindicativos urbanos. In: CONGRESSO DA LASA, Guadalajara, México, 1997. Disponível em: <http://136.142.158.105/LASA97/fontes.pdf>
- GRIEP, R. H.; CHOR, D.; FAERSTEIN, E.; LOPES, C. Confiabilidade teste-reteste de aspectos da rede social no estudo pró-saúde. **Rev. Saúde Pública**, v. 37, n. 3, p. 379-85, 2003.
- HALL, G. B.; NELSON, G. Social networks, social support, personal empowerment, and the adaptation of psychiatric consumers/survivors: path analytic models. **Social Sci. Med.**, v. 43, n. 12, p. 1743-54, 1996.
- HAWE, P.; WEBSTER, C.; SHIELL, A. A glossary of terms for navigating the field of social network analysis. **J. Epidemiol. Commun. Health**, v. 58, n. 12, p. 971-75, 2004.
- HOWARD, L.; LEESE, M.; THORNICROFT, G. Social networks and functional status in patients with psychosis. **Acta Psychiatr. Scand.**, v. 102, n. 5, p. 376-85, 2000.
- HUXLEY, P.; THORNICROFT, G. Social inclusion, social quality and mental illness. **Br. J. Psychiatry**, v. 182, p. 289-90, 2003.
- KADUSHIN, C. Introduction to social network theory. In: Basic Network Concepts, 2004. Disponível em: <http://home.earthlink.net/~ckadushin/Texts/Basic%20Network%20Concepts.pdf>
- LEFF, J.; O'DRISCOLL; DAYSON, D.; WILLS, W.; ANDERSON, J. The TAPS project. 5: the structure of social-network data obtained from long-stay patients. **Br. J. Psychiatry**, v. 157, p. 848-52, 1990.
- MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Rev. Ciê. Inf.**, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.
- MARTINS, P.; FONTES, B. **Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.
- MERCIER, C.; CARON, J.; TEMPIER, R.; LEOUFFRE, P. Components of social support and quality of life in severely mentally ill, low income individuals and a general population group. **Community Ment. Health J.**, v. 34, n. 5, Oct. 1998.
- MOLINA, J. L.; TEVES, L.; JARIEGO, I. M. El análisis de redes en iberoamérica: una agenda de investigación. **REDES – Rev.**

Hispana Análisis Redes Sociales, v.6, n. 1, jun./jul. 2004. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>

MOLINA, J. L. El estudio de las redes personales: contribuciones, métodos y perspectivas. **Empiria**, v. 10, p. 71-106, Jul.-Dic. 2005. Disponível em: <http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/>

MOLINA, J. L.; AGUILAR, C. Redes sociales y antropología: un estudio de caso (discursos étnicos y redes personales entre jóvenes de Sarajevo). In: LARREA, C.; ESTRADA, F. **Antropología en un mundo en transformación**. Barcelona: Editorial Icaria, 2004. Disponível em: <http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/>

PIZARRO, N. Lugares e rede de lugares. **REDES, Revista Hispana Análisis Redes Sociales**, v. 5, n. 2, 2004. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>

ROTELLI, F. A instituição inventada. In: NICACIO, F. (Org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 89-100.

SARACENO, B. La cittadinanza come forma di tolleranza. Conferência. Rio de Janeiro, 1998b. Disponível em: www.exclusion.net

SARACENO, B. **Libertando identidades**: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/ Te Corá, 1999.

SARACENO, B. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A. **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

TEIXEIRA, M. B. **Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

TERZIAN, E.; TOGNONI, G. Indagine sui servizi psichiatrici di diagnosi e cura. **Riv. Sperimentale Freniatria**, v. 127, n. 2, Suppl., 2003.

Recebido para publicação: 15/02/2005

Aceito para publicação: 15/03/2005